

PROTOCOLO GERAL

Nº Processo:	2019024670	Data:	03/04/2019
Interessado:	G2 EMPREENDIMENTOS E LOGISTICA		
CNPJ/CPF:	14.744.458/0001-60		
Nº.		Data Doc.:	
Valor:	R\$ 0,00	Prev.Pgto:	
Assunto:	REQUERIMENTO		
Sub	IMPUGNAÇÃO		
CCI:	0		
Comentário	IMPUGNAÇÃO - CONCORRENCIA 001/2019		



EMPREENHIMENTOS G2 – EMPREENHIMENTOS E LOGÍSTICA

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) – PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO (A) DO MUNICÍPIO DE CALDAS NOVAS – ESTADO DE GOIÁS.

G2 EMPREENHIMENTOS E LOGÍSTICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, portadora do CNPJ sob o nº 14.744.458/0001-60, com sede localizada à Avenida XV de novembro, nº 517, Centro, CEP: 86.300-000 município de CORNÉLIO PROCÓPIO/PR, vem respeitosamente por intermédio de seu procurador devidamente constituído, impetrar à,

“IMPUGNAÇÃO”

CONTRA o edital de Concorrência Pública nº 01/2019, devido o critério de **“documentação relativa à qualificação técnica”** restringe o universo de potenciais empresas que desejam participar neste certame, bem como o critério de **“documentação relativa à qualificação técnica”**, especificamente as exigências prevista no item 05 - subitem 5.1.3.3 inciso “I”, relacionadas ao **“atestado de capacidade técnica – operacional com acervo registrado nos respectivos**

Av. XV de novembro, Nº 517 – Centro – Cornélio Procópio-PR – CEP 86.300-000. Tel. 43 3523 5321 e-mail: g2empreendimentos@hotmail.com

jones.alves@hotmail.com

CNPJ: nº 14.744.458/0001-60 Inscrição Estadual nº 90.589.075-18





“órgão competente”, além da exigência de **sensores para detecção dos veículos**, por não se tratar de parte de maior relevância no objeto licitado, como determina a lei 8.666, pois, tais exigências afrontam os dispositivos legais, doutrina e acórdão do TCU. V.sa, irá observar nas razões de fato e de direito que serão expostas “inferius”, que tais

incompatibilidades fortalecem a **INSEGURANÇA JURÍDICA**, e caso não seja aceita à medida

“impugnativa”, corrigindo as incongruências apontadas os envolvidos pela possível NEGATIVA, poderão ter que justificar o injustificável quando forem confrontadas por organismos fiscalizadores hierárquicos.

)I DA LEGITIMIDADE

a Requisitos da legitimidade impugnativa:

É legítimo à propositura da medida impugnativa conforme regulamento Federal do por meio do art. 41, parágrafo 2º da Lei 8.666, prevendo o prazo limite para a propositura da medida impugnativa realizada por pessoa jurídica. Nesse sentido, adotou-se no art. nº. 41, parágrafo 2º, estabelece o prazo de **02 DIAS ÚTEIS** para todas as manifestações acerca do ato convocatório, seja pedido de esclarecimentos, seja **IMPUGNAÇÃO** ao edital. Frise-se que,

TEMPESTIVA a impugnação, exceto na modalidade de Pregão, **“PODERÁ o licitante participar da**

licitação até o trânsito em julgado da controvérsia trazida” aos autos. **ADMINISTRATIVO OU**
UDICIAL, por força do parágrafo 3º, do art. 41 da Lei 8.666.

Diga-se, desde logo, que o licitante tem o direito de obter esclarecimentos satisfatórios. Portanto, a resposta obscura ou omissa é inadmissível. Mesmo porque,

1 Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha

Av. XV de novembro, Nº 517 – Centro – Cornélio Procópio-PR – CEP 86.300-000. Tel. 43 3523 5321 e-mail: g2empreendimentos@hotmail.com

jones.alves@hotmail.com

CNPJ: nº 14.744.458/0001-60 Inscrição Estadual nº 90.589.075-18





EMPREENHIMENTOS G2 – EMPREENHIMENTOS E LOGÍSTICA

estritamente vinculada. **§ 2º. Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência,** a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso. **Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994).**

2 § 3º. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante NÃO O IMPEDIRÁ de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

Av. XV de novembro, Nº 517 – Centro – Cornélio Procópio-PR – CEP 86.300-

000. Tel. 43 3523 3321 e-mail: g2emprendimentos@hotmail.com

jones.alves@hotmail.com

CNPJ: nº 14.744.458/0001-60 Inscrição Estadual nº 90.589.075-18





EMPREENHIMENTOS G2 – EMPREENHIMENTOS E LOGÍSTICA

num regime democrático, a Administração tem o DEVER de esclarecer toda e qualquer dúvida dos particulares ou empresas interessadas no ato convocatório. Por fim, esclareça-se que na AUSÊNCIA ABSOLUTA de resposta até a data designada para a licitação, o interessado deverá pleitear a invalidação do certame pela ausência de formulação adequada e satisfativa da proposta.

Ainda para que não haja dúvida quanto à legitimidade da presente propositura impugnativa, a peticionária invoca para si o “direito de petição” garantindo seu direito de manifestar contra o Edital não só pelo rito ordinário, mas também por meio da Constituição Federal. No tocante ao direito de petição, a Constituição Federal assegura por meio do art. 5.º, inciso XXXIV, alínea "a", e, inciso LV, da CF/88, nos seguintes termos:

"O direito de petição aos Poderes Públicos em DEFESA DE DIREITOS ou contra ilegalidade ou abuso de poder".

"Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes".

Também devemos citar que o art. 5º da Constituição Federal elenca direitos fundamentais da pessoa - humana, ou seja, que não se incluiriam as pesoas jurídicas. Essa orientação inclusive, já foi defendida por Pontes de Miranda. Contudo, atualmente não há mais espaço para este debate, pois, vários direitos previstos nos incisos do art. 5º referem-se às pessoas jurídicas, como a proteção às associações.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (XXXIV) - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas: (a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou CONTRA ILEGALIDADE ou ABUSO DE PODER; (b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.

Av. XV de novembro, Nº 517 – Centro – Cornélio Procopio-PR – CEP 86.300-

000. Tel. 43 3523 5321 e-mail: g2empreendimentos@hotmail.com

jones.alves@hotmail.com

CNPJ: nº 14.744.458/0001-60 Inscrição Estadual nº 90.589.075-18





Essa é a orientação do Senhor Alexandre de Moraes atual Ministro do Supremo Tribunal Federal - STF, da qual também comunga José Afonso da Silva.

Vejamos.

“à pesquisa no texto constitucional mostra que vários dos direitos arrolados nos incisos do art. 5º se estendem às pessoas jurídicas”, tais como o “**PRINCÍPIO DA ISONOMIA, O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE, O DIREITO DE RESPOSTA,** o direito de propriedade, o sigilo da correspondência e das comunicações em geral, a inviolabilidade de domicílio, a garantia do direito adquirido, ao ato jurídico perfeito e à coisa julgada, assim como a proteção jurisdicional e o direito de impetrar mandado de segurança”. Há até direito que **PRÓPRIO DE PESSOA JURÍDICA**, como o direito à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintos como

logotipos e nome fantasia.

Assim, as pessoas jurídicas também podem fazer uso do “direito de petição”, que, na esfera infraconstitucional foi regulamentada pela Lei nº 9.784/99⁴. O art. 6º estabelece os requisitos do requerimento inicial, admitindo em casos, até mesmo manifestação oral. Note-se que a lei não exige mais que os requisitos mínimos para que se estabeleça uma relação jurídica processual entre o administrado e a administração pública. Não exige nenhuma formalidade específica, e, por vezes, admite a solicitação oral, que, reduzida a termo, será tombada em processo administrativo. Merece destaque a previsão do parágrafo único que veda à Administração “a recusa imotivada de recebimento de documentos”, ou seja, mesmo estando “intempestiva”, em clara proteção ao cidadão, estando na condição de pessoa física ou jurídica.

Sendo assim, o “direito de petição” por pessoa física ou jurídica tem como objetivo precípuo, assegurar o exercício das prerrogativas típicas de um Estado

⁴ Art. 6º. O **requerimento inicial do interessado**, salvo casos em que for admitida solicitação oral, deve ser formulado por escrito e conter os seguintes dados: I - **Órgão ou autoridade administrativa a que se dirige**; II - **Identificação do interessado ou de quem o represente**; III - **Domicílio do requerente ou local para recebimento de comunicações**. IV - **Formulação do pedido, com exposição dos fatos e de seus fundamentos**; V - **Data e assinatura do requerente ou de**

Av. XV de novembro, Nº 517 – Centro – Cornélio Procopio-PR – CEP 86.300-

000. Tel. 43 3523 3321 e-mail: g2empreendimentos@hotmail.com

jones.alves@hotmail.com

CNPJ: nº 14.744.458/0001-60 Inscrição Estadual nº 90.589.075-18





EMPREENHIMENTOS G2 – EMPREENHIMENTOS E LOGÍSTICA

seu representante. Parágrafo único. É **VEDADA** à Administração a RECUSA IMOTIVADA de recebimento de documentos, DEVENDO O SERVIDOR ORIENTAR o INTERESSADO quanto ao suprimento de eventuais falhas.

Av. XV de novembro, Nº 517 – Centro – Cornélio Procópio-PR – CEP 86.300-000. Tel. 43 3523 5321 e-mail: g2empreendimentos@hotmail.com

jones.alves@hotmail.com

CNPJ: nº 14.744.458/0001-60 Inscrição Estadual nº 90.589.075-18





EMPREENDIMENTOS G2 – EMPREENDIMENTOS E LOGÍSTICA

Democrático de Direito, que não tolera abusos ou arbitrariedades, permitindo ao cidadão (pessoa física) ou empresa (pessoa jurídica), a possibilidade de vislumbrar igualmente os direitos e obrigações a que está submetida de forma delimitadamente objetiva pelas Leis, essas “que o protegem e as quais devem se subordinar”, para então, tornar-se de fato “um sujeito de direitos e obrigações”.

Portanto, o instituto da medida impugnativa combinada com o direito de petição com assento Constitucional, é independente de pagamento de taxas, e, ainda a mesma pode ser exercida por qualquer pessoa, a qualquer tempo e em quaisquer circunstâncias, tudo de acordo com a vasta legislação existente, principalmente com o regramento taxativo contido na Lei nº 8.429/92, que concede a qualquer pessoa se manifestar contra a eminência irregularidade a se consumir. Cabe ao Sistema de Controle interno do município o dever acompanhar o caso e, não sendo corrigidos os apontamentos, deverá também por força do art. 102 da Lei 8.666, “dar ciência ao Ministério Público se efetivar a irregularidade diante da negativa em razão da medida impugnativa e pelas razões fáticas e mérito.

b Da atuação e legitimidade da Controladoria Interna:

No Brasil, o Controle Interno na Administração Pública aparece pela primeira vez na Constituição Federal de 1967 e, na Constituição Federal de 1988 no seu

Art. 14. Qualquer pessoa poderá representar à AUTORIDADE ADMINISTRATIVA competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ATO DE IMPROBIDADE. § 1º. A representação, que será escrita ou reduzida a termo e assinada, conterá a qualificação do representante, as informações sobre o fato e sua autoria e a indicação das provas de que tenha conhecimento. (...) § 3º. Atendidos os requisitos da representação, a autoridade determinará a imediata apuração dos fatos que, (...)”

Art. 102. Quando em autos ou documentos de que conhecerem, os magistrados, os membros dos Tribunais ou Conselhos de Contas ou os TITULARES dos órgãos integrantes do SISTEMA DE CONTROLE INTERNO de qualquer dos Poderes verificarem a existência dos crimes definidos nesta Lei, remeterão ao Ministério Público as cópias e os documentos necessários ao

Av. XV de novembro, Nº 517 – Centro – Cornélio Procopio-PR – CEP 86.300-000. Tel. 43 3523 5321 e-mail: g2empreendimentos@hotmail.com

jones.alves@hotmail.com

CNPJ: nº 14.744.458/0001-60 Inscrição Estadual nº 90.589.075-18





EMPREENHIMENTOS G2 – EMPREENHIMENTOS E LOGÍSTICA
OFERECIMENTO DA DENÚNCIA.

Av. XV de novembro, Nº 517 – Centro – Cornélio Procópio-PR – CEP 86.300-000. Tel. 43 3523 5321 e-mail: g2emprendimentos@hotmail.com

jones.alves@hotmail.com

CNPJ: nº 14.744.458/0001-60 Inscrição Estadual nº 90.589.075-18





EMPREENDIMENTOS G2 – EMPREENDIMENTOS E LOGÍSTICA

art. 70⁷, estabelecendo mais clareza à função do Controle Interno. Ao mesmo tempo em que consagra no texto constitucional os princípios básicos da Administração Pública. O Controle Interno é previsto também nos arts. 31⁸, 74⁹ e 75¹⁰ da Constituição Federal e, caput do art. 59¹¹, da Lei Complementar n° 101/00, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, confirmando a necessidade de existência do Controle Interno em cada Poder. Desta forma, não é apenas a Prefeitura Municipal que deve ter o Controle Interno implantado, mas também as Câmaras e Assembleias Legislativas, Estados, União, Autarquias, Ministério Público, Poder Judiciário, entre outros. Assim, ter um sistema de controle interno próprio, possibilita evitar dano ao erário e fiscalizar os atos emanados do poder fiscalizado.

O sábio professor Milton Mendes Botelho ensina que um bom Sistema de Controle Interno é sinônimo de “boa administração” que também é o objetivo de

⁷ **Art. 70.** A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, **operacional e patrimonial** da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à **LEGALIDADE**, **legitimidade**, **ECONOMICIDADE**, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo **sistema de controle interno de cada Poder**.

⁸ **Art. 31.** A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e **pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal**, na forma da lei. § 1º O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.

⁹ **Art. 74.** Os Poderes Legislativo, **Executivo** e Judiciário manterão, de forma integrada, **sistema de controle interno** com a finalidade de: § 1º **Os responsáveis pelo controle interno**, ao tomarem **CONHECIMENTO DE QUALQUER IRREGULARIDADE** ou **ILEGALIDADE**, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

¹⁰ **Art. 75.** As normas estabelecidas nesta seção aplicam-se, no que couber, à organização, composição e fiscalização dos **Tribunais de Contas dos Estados** e do Distrito Federal, bem como dos **Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios**. Parágrafo único. As Constituições estaduais disporão sobre os Tribunais de Contas respectivos, que serão integrados por sete Conselheiros.

¹¹ **Art. 59.** O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o **sistema de controle interno de cada Poder** e do Ministério Público, fiscalizarão o cumprimento das normas desta Lei Complementar, com ênfase no que se refere a:

Av. XV de novembro, N° 517 – Centro – Cornélio Procopio-PR – CEP 86.300-000. Tel. 43 3523 5321 e-mail: g2emprendimentos@hotmail.com

jones.alves@hotmail.com

CNPJ: n° 14.744.458/0001-60 Inscrição Estadual n° 90.589.075-18





EMPREENDIMENTOS G2 – EMPREENDIMENTOS E LOGÍSTICA

todo gestor público. Ele ensina que o gerenciamento do Patrimônio Público exige uma eficiente Controladoria Geral implantada. Explico.

c Do controle interno Municipal:

A Controladoria Interna do Município tem um papel importante. Ela exerce o poder fiscalizatório em razão de possíveis atos FALHOS ou atos que levam a lesão ao Erário Público Municipal. A Controladoria Geral do Município é devidamente inserida na estrutura organizacional do Município por força de Lei local e tem poder de fiscalizar os atos de quaisquer agentes responsáveis por BENS OU DINHEIRO PÚBLICO. Uma das funções primordiais da Controladoria é dar cumprimento às metas e funções definidas na Lei que a criou, priorizando a fiscalização de atos dos órgãos da administração direta e indireta do ente federado. Ela também pode fiscalizar instituições que recebem recursos do Município - subvenção social ou auxílios - e deve propor as medidas cabíveis às autoridades responsáveis, tanto em sede administrativa quanto em sede judicial.

A Controladoria é o órgão central de Controle Interno do Poder Executivo, com total autonomia funcional, responsável pela expedição de atos normativos e regulamentadores dos procedimentos de controle. É unidade administrativa para integrar os procedimentos de controle e fiscalização e, ainda, consolidar as informações de gestão orçamentária, financeira, patrimonial e operacional, com a finalidade de ATESTAR a LEGALIDADE, a LEGITIMIDADE, a ECONOMICIDADE, a EFICIÊNCIA e, a EFICÁCIA dos programas de governo, podendo também fazer controle exercido com metodologia de auditoria no âmbito de determinada unidade administrativa. A Lei de Responsabilidade Fiscal veio conferir grande relevância ao acompanhamento e à fiscalização financeira, impondo severas penas aos administradores descuidados. Daí a importância da implantação de um Controle Interno que funcione de forma efetiva.

Av. XV de novembro, Nº 517 – Centro – Cornélio Procopio-PR – CEP 86.300-000. Tel. 43 3523 5321 e-mail: g2empreendimentos@hotmail.com

jones.alves@hotmail.com

CNPJ: nº 14.744.458/0001-60 Inscrição Estadual nº 90.589.075-18





G2 – EMPREENDIMENTOS E LOGÍSTICA

O Controle Interno deve ter o “status” de uma Secretaria, devendo assim estar ligado diretamente ao Gabinete do (a) Prefeito (a), na medida em que os próprios secretários passam a ser passíveis de fiscalização. O papel do Controle Interno é muito maior do que apenas o de fiscalizar. A função principal do Controle é servir como ferramenta de apoio ao Prefeito e de orientar, e somente após, cobrar e, em último caso, levar ao conhecimento do M INISTÉRIO

PÚBLICO
E DO
TRIBUN
AL DE
CONTAS,
caso seja
constatada
algum ato
ilícito de n

Av. XV de novembro, Nº 517 – Centro – Cornélio Procópio-PR – CEP 86.300-000. Tel. 43 3523 5321 e-mail: g2empreendimentos@hotmail.com

jones.alves@hotmail.com

CNPJ: nº 14.744.458/0001-60 Inscrição Estadual nº 90.589.075-18





EMPREENDIMENTOS G2 – EMPREENDIMENTOS E LOGÍSTICA

alversação

d o dinheiro público. O maior motivo de afastamento de Prefeitos nos anos recentes, não foi por corrupção, mas sim, por desconhecimento das técnicas Legais de procedimentos administrativos.

Muitos gestores vieram da iniciativa privada e quando assumem a cadeira do Poder Executivo não está nada familiarizado com LICITAÇÃO, PREGÃO PRESENCIAL/ELETRÔNICO, CONTABILIDADE PÚBLICA, GESTÃO DE PESSOAS entre outros. Diante disto, o administrador inteligente, que tem um Controle Interno técnico e atuante, irá se apoiar neste que certificará se tudo está ocorrendo dentro da legalidade, e o Controle o ajudará a fiscalizar, entre outras coisas os atos dos servidores municipais, protegendo desta forma, o gestor.

Portanto, cabe à Controladoria Municipal também fiscalizar desde o consumo de combustível na Prefeitura, PROCESSOS LICITATÓRIOS, recursos humanos, patrimônio, até o portal da transparência, bem como garantir que qualquer cidadão tenha o livre acesso à informação pública, além de outras funções. Outra atribuição importante ao Controle Interno é a de coordenar a transição do mandato, assegurando a ordem e a legalidade na transmissão, bem como que as informações passadas à equipe do gestor que estará assumindo estejam de acordo com a realidade.

O (a) prefeito (a) honesto (a) e inteligente terá o controlador (a) como o seu maior aliado. Afinal, ambos respondem solidariamente pelos atos da administração. Desta forma, se ambos andarem alinhados e cada um respeitando a competência do outro, quem sairá

Av. XV de novembro, Nº 517 – Centro – Cornélio Procópio-PR – CEP 86.300-000. Tel. 43 3523 5321 e-mail: g2emprendimentos@hotmail.com

jones.alves@hotmail.com

CNPJ: nº 14.744.458/0001-60 Inscrição Estadual nº 90.589.075-18





EMPREENDIMENTOS G2 – EMPREENDIMENTOS E LOGÍSTICA

ganhando em primeira análise serão ambos, mas também toda a população ganhará, pois significará que está havendo eficiência e legalidade na gestão. No caso concreto, é evidente que o Município de Caldas Novas, detém de um controle interno eficaz e probó, bem como possui uma gestão pública ética, e acima de tudo, aliada com os demais setores administrativos, medida a evitar falhas que possam gerar punibilidades.

Igualmente a Administração Pública de todos os Poderes, em especial, o Município de Caldas Novas deve agir sempre com prudência, recebendo a(s) medida(s) impugnativa(s) não como um mero instrumento de busca ao ponto central de um processo licitatório, ou seja, um processo (i) - justo, (ii) - harmônico e (iii) - isonômico, mas sim, em respeito aos exaustivos e já conhecidos princípios que regem a Administração Pública, bem como devemos levar em conta que medida (s) impugnativa (s) acima de tudo, tem por principal função evitar o desenvolvimento do suposto embrião da improbidade, permitindo assim, uma disputa ampla e competitiva.

Finalmente, superado as questões de legitimidade da propositura impugnativa passamos agora para as razões fáticas e do mérito.

) II DAS RAZÕES FÁTICAS – 01 a D^a Qualificação Técnica:

O Atestado de Capacidade Técnica consiste na apresentação de documento que comprove e ateste o fornecimento de materiais ou de serviços prestados pela empresa interessada, emitido por pessoa jurídica de direito público ou PRIVADO, em papel timbrado, assinado por seu representante legal, discriminando o teor da contratação e os dados da empresa contratada. A lei 8.666/93 em seu artigo 30, II, dispõe que: “A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a: (...) II – comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e

Av. XV de novembro, N° 517 – Centro – Cornélio Procópio-PR – CEP 86.300-000. Tel. 43 3523 5321 e-mail: g2emprendimentos@hotmail.com

jones.alves@hotmail.com

CNPJ: n° 14.744.458/0001-60 Inscrição Estadual n° 90.589.075-18





EMPREENHIMENTOS G2 – EMPREENHIMENTOS E LOGÍSTICA

indicação

Av. XV de novembro, Nº 517 – Centro – Cornélio Procópio-PR – CEP 86.300-000. Tel. 43 3523 5321 e-mail: g2emprendimentos@hotmail.com

jones.alves@hotmail.com

CNPJ: nº 14.744.458/0001-60 Inscrição Estadual nº 90.589.075-18





EMPREENHIMENTOS G2 – EMPREENHIMENTOS E LOGÍSTICA

das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnicos adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos”.

Este inciso deve ser interpretado conjuntamente com o § 3º do mesmo artigo, a saber: “Será sempre admitida à comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior”. Assim sendo, quando tratamos da capacidade técnica, devemos considerar que os requisitos devem ser especificamente atrelados ao objeto da contratação, de maneira a atender plenamente a necessidade da Administração. Isto porque, sempre que possível, a contratação deverá assegurar o maior número de participantes, em atendimento ao preceito constitucional da isonomia, a fim de garantir a obtenção da proposta mais vantajosa.

Restringir o universo de participantes, através de exigência de

- (i) - comprovação de experiência anterior em condições idênticas ao objeto ou serviço que será contratado, (ii) - limitação de tempo de vigência de atestado, (iii) - quantitativa sem relevância e (iv) -

DEVIDAMENTE ACERVADO pelo órgão competente emitido em nome da licitante, pois, seria excluir àqueles que poderiam atender à necessidade da Administração, prejudicando assim a economicidade da contratação e desatendendo também ao previsto no art. 37, XXI da Constituição Federal. Vejamos:

“ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, SERVIÇOS, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômicas indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”.

Diante destas constatações, podemos afirmar que se torna inviável exigir do licitante, no tocante à qualificação técnica, atestados de experiência anterior na Av. XV de novembro, Nº 517 – Centro – Cornélio Procopio-PR – CEP 86.300-000. Tel. 43 3523 5321 e-mail: g2empreendimentos@hotmail.com

jones.alves@hotmail.com

CNPJ: nº 14.744.458/0001-60 Inscrição Estadual nº 90.589.075-18





EMPREENHIMENTOS G2 – EMPREENHIMENTOS E LOGÍSTICA

realização de serviço ou referente a objeto idêntico ao que será contratado, exigir atestado com limitação mínima de tempo e número de quantitativo, bem como atestado **A CERVADO** pelo órgão competente emitido em nome da licitante.

Ao analisarmos o edital em comento, observa-se a total impropriedade contida no item 05 - subitem – 5.1.3.3 “Relativos à qualificação técnica” - inciso “i”. Vejamos:

“A testado de capacidade técnica, fornecidos por órgão ou entidade da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, ou, ainda, de Pessoa Jurídica de Direito Privado,

DEVIDAMENTE ACERVADO pelo órgão competente emitido em nome da licitante, que comprove que a mesma executou ou esteja executando serviços de exploração, gestão e administração de estacionamento público rotativo através de sistema informatizado Web de vagas e sensores para detecção dos veículos”.

A descrição do atestado além de extensa é totalmente desprovida de legitimidade. Explico. A exigência de atestado devidamente acervado pelo órgão competente é ilegal, pois, afrontam as vastas decisões do TCU. O art. 30 e, seguintes da Lei 8.666, não prevê esta exigência de acervar o atestado de capacidade técnica em nome da licitante, assim, resta também configurada a afronta ao dispositivo legal.

Portanto, partindo desta premissa, a exigência de atestado de capacidade técnica nestes termos previsto no edital é ilegal perante a Lei de Licitações e Contrato e decisões do TCU. A Lei de Licitações, nº 8.666, ao reger sobre a exigência dos atestados de capacidade técnica assim determinou:

Art. 30 - A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** **IMITAR-SE-Á** a: (...).

Av. XV de novembro, Nº 517 – Centro – Cornélio Procópio-PR – CEP 86.300-

000. Tel. 43 3523 3321 e-mail: g2empreendimentos@hotmail.com

jones.alves@hotmail.com

CNPJ: nº 14.744.458/0001-60 Inscrição Estadual nº 90.589.075-18





EMPREENHIMENTOS G2 – EMPREENHIMENTOS E LOGÍSTICA

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do caput deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por A TESTADOS FORNECIDOS POR PESSOAS JURÍDICAS DE

DIREITO

PUBLICO OU

devidamente

registrado nas entidades profissionais competentes,

limitadas as

exigências a: I – capacitação técnico-profissional:

comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação

VEDADO

às exigências de

quantidades

n

Av. XV de novembro, Nº 517 – Centro – Cornélio Procópio-PR – CEP 86.300-000. Tel. 43 3523 5321 e-mail: g2emprendimentos@hotmail.com

jones.alves@hotmail.com

CNPJ: nº 14.744.458/0001-60 Inscrição Estadual nº 90.589.075-18





EMPREENHIMENTOS G2 – EMPREENHIMENTOS E LOGÍSTICA

RAZOS MÁXIMOS

“§ 5o. **É VEDADA A** exigência de comprovação de atividade ou de

aptidão com

Av. XV de novembro, Nº 517 – Centro – Cornélio Procópio-PR – CEP 86.300-000. Tel. 43 3523 5321 e-mail: g2emprendimentos@hotmail.com

jones.alves@hotmail.com

CNPJ: nº 14.744.458/0001-60 Inscrição Estadual nº 90.589.075-18





EMPREENHIMENTOS G2 – EMPREENHIMENTOS E LOGÍSTICA

LIMITAÇÕES DE TEMPO

OU DE ÉPOCA ou ainda em locais específicos, **OU**
QUAISQUER OUTRAS NÃO
PREVISTAS NESTA LEI que inibam a
participação na licitação”. (Grifo e negrito nosso).

Através da interpretação literal do art. 30 parágrafo 1º e 5º da

Lei 8.666 é luzente que o legislador **VETOU** a exigência de tempo e limite de quantitativo, bem como **INIBIU** quaisquer outras não previstas na referida Lei, deste modo, a exigência no instrumento convocatório em tela obrigando as licitantes que apresente **ATESTADO DE CAPACIDADE**

TÉCNICA ACERVADO NO RESPECTIVO NO ÓRGÃO COMPETENTE é ILEGAL.

A
ampliação da competitividade é um dos princípios que regem o procedimento licitatório e dão sentido a essa forma de aquisição adotada pela Administração Pública. Além de zelar pela impessoalidade e pela busca das melhores condições de compras de insumos ou contratação de serviços, o

Av. XV de novembro, N° 517 – Centro – Cornélio Procópio-PR – CEP 86.300-000. Tel. 43 3523 5321 e-mail: g2emprendimentos@hotmail.com

jones.alves@hotmail.com

CNPJ: n° 14.744.458/0001-60 Inscrição Estadual n° 90.589.075-18





EMPREENHIMENTOS G2 – EMPREENHIMENTOS E LOGÍSTICA

procedimento licitatório deve buscar o maior número de competidores que apresentem proposta de modo a permitir que a administração escolha a mais vantajosa para si. Ocorre, porém, que na situação concreta de atestado de capacidade técnica acervado no órgão

competente afeta a competitividade do certame.

b Do atestado de capacidade técnica operacional x
profissional ACERVADO:

É certo que, em se tratando de contratos administrativos que envolvem serviços de engenharia, a Administração Pública deve exigir a comprovação do registro perante o CREA do responsável técnico e da sociedade a ser contratada. Esta possibilidade decorre tanto do regulamento da profissão de engenheiro Lei n. 5.194/66, quanto do art. 30, I, da Lei de licitações:

Lei n. 5.194/66. Art. 15. São nulos de pleno direito os contratos referentes a qualquer ramo da engenharia, arquitetura ou da agronomia, inclusive a elaboração de projeto, direção ou execução de obras, quando firmados por entidade pública ou particular com pessoa física ou jurídica não legalmente habilitada a praticar a atividade nos termos desta lei.

Lei n. 8.666/93. Art. 30 . A documentação relativa à qualificação técnica

limitar-se-á – registro ou inscrição na entidade profissional
a: Ic
ompetente.

No entanto, as dúvidas surgem quando a análise chega à exigência de “comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação”, disposta no inc. II do art. 30 da lei n. 8.666/93.

Antes de tratar desse ponto, é válido recordar que a

Av. XV de novembro, Nº 517 – Centro – Cornélio Procópio-PR – CEP 86.300-000. Tel. 43 3523 3321 e-mail: g2emprendimentos@hotmail.com

jones.alves@hotmail.com

CNPJ: nº 14.744.458/0001-60 Inscrição Estadual nº 90.589.075-18





EMPREENHIMENTOS G2 – EMPREENHIMENTOS E LOGÍSTICA

capacidade técnica a ser comprovada nos certames licitatórios divide-se em “capacidade TÉCNICO-
OPERACIONAL e capacidade TÉCNICO-PROFISSIONAL”.

Av. XV de novembro, N° 517 – Centro – Cornélio Procópio-PR – CEP 86.300-000. Tel. 43 3523 5321 e-mail: g2emprendimentos@hotmail.com

jones.alves@hotmail.com

CNPJ: n° 14.744.458/0001-60 Inscrição Estadual n° 90.589.075-18





EMPREENHIMENTOS G2 – EMPREENHIMENTOS E LOGÍSTICA

as duas espécies:

O acórdão 1.332/2006 do Plenário do TCU diferencia bem

“A qualificação técnica abrange tanto a EXPERIÊNCIA

E MPRESARIAL quanto a experiência dos profissionais que irão executar o serviço. A primeira seria a capacidade técnico-operacional, abrangendo atributos próprios da empresa, desenvolvidos a partir do desempenho da atividade empresarial com a conjugação de diferentes

fatores econômicos e de uma pluralidade de pessoas. A segunda é

denominada capacidade técnico-profissional, referindo-se a existência de profissionais COM ACERVO TÉCNICO COMPATÍVEL com a obra ou serviço de engenharia a ser licitado”.

Portanto, diante da falta de previsão legal e regulamentar, não é possível exigir que os licitantes comprovem sua capacidade técnico-operacional por meio de atestados registrados no CREA ou que os atestados necessariamente estejam acompanhados de ART do engenheiro que acompanhou o serviço.

Não raramente identificamos exigências neste sentido que demonstram desarrazoadas e desprovidas de amparo jurídico. O sapiente Hely Lopes Meirelles, pai do Direito Administrativo Brasileiro leciona que:

“Na Administração Pública, **NÃO HÁ**

LIBERDADE NEM VONTADE
pessoal. Enquanto, na Administração pessoal é lícito fazer tudo o

que a lei não proíbe. **N** a Administração Pública só é permitido fazer aquilo que a lei autoriza” (grifo nosso).

Av. XV de novembro, Nº 517 – Centro – Cornélio Procopio-PR – CEP 86.300-000. Tel. 43 3523 5321 e-mail: g2emprendimentos@hotmail.com

jones.alves@hotmail.com

CNPJ: nº 14.744.458/0001-60 Inscrição Estadual nº 90.589.075-18





Nem poderia ser diferente, uma vez que o atestado de qualificação técnico-operacional visa a comprovar, segundo Marçal Justen Filho, que “a empresa, como unidade jurídica e econômica, participara anteriormente de contrato cujo objeto era similar ao previsto para a contratação almejada pela Administração Pública”.

Em se tratando de serviços que envolvam parcelas afetas à engenharia, será indispensável que tanto a pessoa jurídica como o responsável técnico sejam registrados perante o CREA conforme art. 15 da Lei nº 5.194/66. Sendo assim, é indispensável à exigência de comprovação do registro de tais pessoas perante o CREA e/ou CAU, nos termos em que

autoriza o art. 30, I, da Lei de Licitações. Contudo, no que tange aos atestados, somente aqueles referentes à QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL devem ser registrados no CREA e/ou CAU, conforme se depreende do Manual de Procedimentos Operacionais, afastando a obrigação quando se tratar de QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL.

A Corte de Contas da União através do Acórdão nº 128/2012 – 2ª Câmara vem traçando diretrizes a respeito da matéria orientando os órgãos públicos para afastarem este tipo de regra que restringe o universo dos participantes, a saber, a exigência de solicitar atestado de capacidade técnica operacional acervado em órgão competente. Vejamos:

“1.7. Recomendar à UFRJ que E XCLUA DOS EDITAIS para contratação de empresa para a execução de obra de engenharia a xigência de registro no CREA dos atestados para comprovação da capacitação técnica operacional das licitantes, tendo em conta a recomendação inserta no subitem 1.3 do Capítulo IV combinado com o subitem 1.5.2 do Capítulo III do Manual de Procedimentos Operacionais para aplicação da Resolução CONFEA nº 1.025/2009, aprovado pela Decisão Normativa CONFEA nº 085/2011.”

Av. XV de novembro, Nº 517 – Centro – Cornélio Procópio-PR – CEP 86.300-

000. Tel. 43 3523 5321 e-mail: g2emprendimentos@hotmail.com

jones.alves@hotmail.com

CNPJ: nº 14.744.458/0001-60 Inscrição Estadual nº 90.589.075-18





EMPREENDIMENTOS G2 – EMPREENDIMENTOS E LOGÍSTICA

¹² **JUSTEN FILHO, Marçal.** *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos.* 13. Ed. São Paulo: Dialética, 2009. P. 421.

Av. XV de novembro, Nº 517 – Centro – Cornélio Procópio-PR – CEP 86.300-000. Tel. 43 3523 5321 e-mail: g2emprendimentos@hotmail.com

jones.alves@hotmail.com

CNPJ: nº 14.744.458/0001-60 Inscrição Estadual nº 90.589.075-18





“9.4. Dar ciência ao Município de Itagibá/BA, de modo a evitar a repetição das irregularidades em futuros certames patrocinadas com recursos federais, de que: (...) 9.4.2. a exigência de **COMPROVAÇÃO DE APTIDÃO TÉCNICA DEVIDAMENTE REGISTRADA JUNTO**

AO CREA, dando conta de que a empresa interessada já desenvolveu serviços idêntico-semelhantes ao previsto no objeto do edital, contraria a **Resolução 1.025/2009 do Confea e o Acórdão 128/2012 – TCU – 2ª Câmara; (Acórdão 655/2016 do Plenário)”**.

Em fevereiro de 2017, foi publicado o **A Acórdão 205/2017**

que confirma o entendimento do Plenário do TCU no sentido de configurar falha a “exigência de registro e/ou averbação de atestado da capacidade técnica-operacional, em nome da empresa licitante, no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA, o que não está previsto no art. 30, § 3º, da Lei 8.666/1993, que ampara a exigência do referido atestado, contida no item 8.7.2 do instrumento convocatório, e contraria a Resolução Confea 1.025/2009 e os Acórdãos 128/2012-TCU- 2ª Câmara e 655/2016-TCU-Plenário”.

Assim, para a qualificação técnico-operacional, seguindo o entendimento exposto pelo CONFEA em seu Manual de Procedimentos Operacionais e pelo TCU nos citados Acórdãos, não será possível exigir o registro do atestado junto ao CREA.

Ainda prevê o inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal que o procedimento licitatório:

“somente permitirá as exigências de **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** e econômicas indispensáveis **À GARANTIA DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES”**.

Decorre dessa previsão o enunciado da Súmula 263 do TCU que indica ser legal para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, desde que limitada às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado:

Av. XV de novembro, Nº 517 – Centro – Cornélio Procópio-PR – CEP 86.300-000. Tel. 43 3523 5321 e-mail: g2empreendimentos@hotmail.com

jones.alves@hotmail.com

CNPJ: nº 14.744.458/0001-60 Inscrição Estadual nº 90.589.075-18





EMPREENDIMENTOS G2 – EMPREENDIMENTOS E LOGÍSTICA

“à exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em

obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.”

Para esclarecer melhor a questão da exigência de “ACERVO” nos atestados de capacidade técnica operacional, veja os posicionamentos recentes do

Tribunal de Contas da União – TCU.

“**A EXIGÊNCIA** de atestado de capacidade técnico-operacional **R** **REGISTRADO EM CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL** requer a demonstração, no processo licitatório, que tal requisito é indispensável à garantia do cumprimento das obrigações contratuais, em respeito ao art. 3º da Lei 8.666/1993 e ao princípio da razoabilidade, previsto no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal”.

A

“**N**

Av. XV de novembro, Nº 517 – Centro – Cornélio Procopio-PR – CEP 86.300-000. Tel. 43 3523 5321 e-mail: g2empreendimentos@hotmail.com

jones.alves@hotmail.com

CNPJ: nº 14.744.458/0001-60 Inscrição Estadual nº 90.589.075-18





EMPREENHIMENTOS G2 – EMPREENHIMENTOS E LOGÍSTICA

córdão 2789/2016 Plenário – TCU.

a aferição da capacidade técnica das pessoas

jurídicas, **E**

I **RREGULAR**

a rejeição de atestados de capacidade

técnico-operacional que não possuam registro no conselho profissional. A exigência de atestados registrados nas entidades profissionais competentes deve ser limitada à capacitação técnico-profissional, que diz

respeito às pessoas físicas indicadas pelas empresas licitantes”. Acórdão 7260/2016 Segunda Câmara – TCU.

“A exigência de registro no CREA do local de realização da obra licitada somente deve ocorrer no momento da

contratação, **NÃO NA FASE DE**

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA de forma a evitar que as licitantes tenham despesas

desnecessárias para participar de licitação”. Acórdão 10362/2017 Segunda Câmara – TCU.

“É **IRREGULAR A EXIGÊNCIA** de que a atestação de capacidade técnico-operacional de empresa participante de certame licitatório **REGISTRADA OU AVERBADA** junto ao CREA, uma vez que o art. 55 da Resolução-Confea 1.025/2009 veda a emissão de Certidão de Acervo Técnico (CAT) em nome de

Av. XV de novembro, Nº 517 – Centro – Cornélio Procopio-PR – CEP 86.300-000. Tel. 43 3523 5321 e-mail: g2emprendimentos@hotmail.com

jones.alves@hotmail.com

CNPJ: nº 14.744.458/0001-60 Inscrição Estadual nº 90.589.075-18





EMPREENDIMIENTOS G2 – EMPREENDIMIENTOS E LOGÍSTICA

pessoa jurídica. A exigência de atestados registrados nas entidades profissionais competentes deve ser limitada à capacitação técnico-profissional, que diz respeito às pessoas físicas indicadas pelas empresas licitantes”. **Acórdão 1674/2018 Plenário – TCU.**

O Tribunal de Contas da União serve como órgão uniformizador em matéria de licitações. Isso é sua decisão a cerca de celeumas relacionadas a licitações é de ser acatadas por todos os demais órgãos licitadores do Estado Brasileiro. Essa ideia não é apenas uma compreensão pela suas simples hierarquia que possui sobre os TCEs das unidades da Federação ou por analogia ao sistema judiciária que por sua vez a Constituição Federal elegeu o STJ como órgão uniformizador das decisões judiciais, sendo utilizadas aos demais juízes das Varas Judiciais e

Desembargadores dos TJs. O Tribunal de Contas da União através da **Súmula nº 222 – TCU** determinou de forma clara como as “águas do aquífero guarani”. Vejamos:

“As **DECISÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**, relativas à aplicação de normas gerais de licitação, sobre as quais cabe

privativamente à União legislar, **DEVEM SER**

ACATADAS pelos administradores dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e **DOS MUNICÍPIOS**”.

Logo compreendemos sem muito esforço cognitivo que o ínclito Município de Caldas Novas está relacionado no rol de Municípios que DEVEM acatar as decisões do TCU.

A luz do exposto à exigência de comprovação de atestado de capacidade técnica operacional acervado junto ao órgão competente no ato da sessão do certame como critério de habilitação jurídica é ilegal, destituída de razoabilidade, ferindo princípios

Av. XV de novembro, Nº 517 – Centro – Cornélio Procópio-PR – CEP 86.300-000. Tel. 43 3523 5321 e-mail: g2emprendimentos@hotmail.com

jones.alves@hotmail.com

CNPJ: nº 14.744.458/0001-60 Inscrição Estadual nº 90.589.075-18





EMPREENHIMENTOS G2 – EMPREENHIMENTOS E LOGÍSTICA

norteadores da proporcionalidade, competitividade, isonomia e segurança jurídica do certame.

Av. XV de novembro, Nº 517 – Centro – Cornélio Procópio-PR – CEP 86.300-000. Tel. 43 3523 3321 e-mail: g2empreendimentos@hotmail.com

jones.alves@hotmail.com

CNPJ: nº 14.744.458/0001-60 Inscrição Estadual nº 90.589.075-18





EMPREENDIMENTOS G2 – EMPREENDIMENTOS E LOGÍSTICA

Por fim, diante de todas as citações demonstradas “ut supra” não restam dúvidas quanto à ilegalidade contida no edital em comento. Portanto, à medida que se impõe é sua correção, a saber, FLEXIBILIZAR as exigências concernente ao atestado de capacidade técnica operacional sem a exigência de acervo no respectivo órgão competente.

Valem relembrar a inteligência da Súmula nº 222-TCU¹³, onde a mesma descreve de forma clara o DEVER de todos os órgãos integrantes da Administração Pública obedecer e acatar as decisões do TCU com relação às matérias e normas de licitação, em especial os Municípios Brasileiros, o que certamente inclui-se o ínclito Município de Caldas Novas – GO, assim, a incompatibilidade contida no edital e atacada nesta medida impugnativa é medida de alteração pela respeitosa Comissão Permanente de Licitação.

) III DO MÉRITO

a D^{os} requisitos do mérito - impugnativo:

O mérito da impugnação pode ser constatado nas razões a fáticas - 01 e, seguintes, linhas “a” e “b”, além da fundamentada matéria de Direito, Doutrina, Jurisprudências e Acórdãos do TCU. Depois de verificado os requisitos acima exarados, tem-se que a Constituição Federal assegura a todo aquele que afirma ter sofrido lesão ou na eminência de sofrer, tem direito individual de invocar que a jurisdição instaure processos judiciais ou administrativos e, pedir a tutela, direito que se dá o nome de ação. Pode - se dizer que, no âmbito do processo judicial ou administrativo, existe um trinômio. São eles: pressupostos processuais, condições da ação e mérito.

13 Súmula – 222 TCU: As Decisões do Tribunal de Contas da União, relativas à aplicação de normas gerais de licitação, sobre as quais cabe privativamente à União legislar, **DEVEM SER ACATADAS** pelos administradores dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e **DOS MUNICÍPIOS**.

Av. XV de novembro, Nº 517 – Centro – Cornélio Procopio-PR – CEP 86.300-000. Tel. 43 3523 5321 e-mail: g2empreendimentos@hotmail.com

jones.alves@hotmail.com

CNPJ: nº 14.744.458/0001-60 Inscrição Estadual nº 90.589.075-18





EMPREENDIMENTOS G2 – EMPREENDIMENTOS E LOGÍSTICA

Considerando que os pressupostos intrínsecos dão o direito da licitante – G2 impugnar o edital, haja vista, as condições de impugnação como: cabimento, possibilidade, interesse e legitimidade para impugnar, estão presentes nesta peça conforme sustentado “ut supra”, estando de acordo com a Lei, Doutrina, Jurisprudência, Acórdão e Princípios;

Considerando que os pressupostos “extrínsecos” estabelecem os requisitos de preparo, tempestividade e, regularidades formais, estes, devidamente preenchidos;

Considerando que a condição da ação, ou seja, o interesse de agir e legitimidade estão preenchidos;

Considerando que o conjunto de fatos e provas trazidas à baila da medida impugnante, orienta a formação de uma decisão administrativa acertada pelo (a) Presidente da Comissão, ou seja, dando o amparo necessário para confirmação do mérito da impugnação, a saber, a reforma do edital conforme demonstrado “ut supra”;

Considerando que tal medida impugnativa se encontra tempestiva, legítima, e possui o interesse de agir, bem como todos os elementos necessários para o exercício de análise da medida de impugnativa estão previstos nesta peça, não havendo outro caminho a ser seguido, a não ser, o deferimento total da presente impugnação.

M DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS E DO PEDIDO

a Da aplicabilidade dos pedidos:

Considerando que a linha argumentativa adotada na presente proposta de impugnação apresentada por esta empresa – G2, dentre outras argumentações, assentou-se precipuamente no fato de que os apontamentos acima fortalece a presença da

Av. XV de novembro, Nº 517 – Centro – Cornélio Procópio-PR – CEP 86.300-000. Tel. 43 3523 5321 e-mail: g2empreendimentos@hotmail.com

jones.alves@hotmail.com

CNPJ: nº 14.744.458/0001-60 Inscrição Estadual nº 90.589.075-18





EMPREENDIMENTOS G2 – EMPREENDIMENTOS E LOGÍSTICA

INSEGURANÇA JURÍDICA, pois, o edital ao EXIGIR COMPROVAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL da (s) licitante (s) A CERVADO no órgão competente, se encontra em desacordo

com a Lei 8.666, Decisão Normativa CONFEA nº 085/2011, art. 55 da Resolução-Confea 1.025/2009, Constituição Federal e Acórdãos do TCU, afrontando assim, o princípio da “isonomia”, “ampla concorrência”, “competitividade” e “segurança jurídica” do certame;

É extremamente oportuna a assertiva feita a respeito do conteúdo do art. 49 por Carlos Pinto Coelho Motta - Eficácia nas Licitações e Contratos, Belo

Horizonte, Del Rey, 1999, 8ª Ed., Pág. 259, quando diz que,

“o texto induz à eliminação do comodismo administrativo, aliado À MÁ GERÊNCIA DAS LICITAÇÕES QUE ATÉ ENTÃO RECORRIAM À PURA E SIMPLES REVOGAÇÃO DO PROCEDIMENTO, sem menores análises e justificativas”, e, além de todo o exposto.

Considerando que a íncita administração tem o PODER-DEVER de rever seus atos quando necessários, sejam de ofício ou mediante provocação, como é o caso objeto da presente demanda, podendo então, prover do seu PODER-DEVER conforme já assim decidiu o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL; e,

Súmula nº 346 – STF: “A Administração Pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos”.

Súmula nº 473 – STF: “A administração pode ANULAR seus próprios atos, quando civados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial”.

Considerando que a busca pela salutar JUSTIÇA, não ofende, nem lesa nenhum dos servidores públicos do município de Caldas Novas – GO, por que “

Av. XV de novembro, Nº 517 – Centro – Cornélio Procopio-PR – CEP 86.300-000. Tel. 43 3523 5321 e-mail: g2empreendimentos@hotmail.com

jones.alves@hotmail.com

CNPJ: nº 14.744.458/0001-60 Inscrição Estadual nº 90.589.075-18





EMPREENHIMENTOS G2 – EMPREENHIMENTOS E LOGÍSTICA

Qui

Av. XV de novembro, Nº 517 – Centro – Cornélio Procópio-PR – CEP 86.300-000. Tel. 43 3523 5321 e-mail: g2emprendimentos@hotmail.com

jones.alves@hotmail.com

CNPJ: nº 14.744.458/0001-60 Inscrição Estadual nº 90.589.075-18





jure suo utitur neminem laedit”, isto é, “Quem usa o seu direito, não lesa ninguém”, apenas se busca pela aplicabilidade da justiça;

Finalmente, diante da admissibilidade da presente impugnação face ao Edital de Concorrência nº 01/2019, peço ao ínclito (a) Presidente que adote as medidas administrativas necessárias e legais para que sejam avaliadas as razões da impugnação conforme exposto “ut supra” e, dos fatos consignados na presente propositura, requer do (a) Excelentíssimo (a) Presidente, DIGNE a conhecer a impugnação recebendo-a por força do art. nº. 41 da Lei 8.666 e 5.º, inciso XXXIV, alínea "a" e, inciso LV, da Constituição Federal sob a égide do direito de petição e nos termos adrede expandidos, adote as medidas necessárias para proceder assim, com a indispensável alteração do edital proposta na medida impugnativa em cumprimento da norma legal administrativa, cujo DEFERIMENTO enquadra-se, plenamente, no caráter imperativo da lei, i.e., “lex jubeat, non suadeat”, ou seja,” a lei obriga não persuade”.

Na sequência, sua alteração, especificamente constando a exclusão da exigência de atestado de capacidade técnica operacional ACERVADO, assim, reabrindo a nova data de abertura do certame, conforme prevê o art. 21 „parágrafo 4º da Lei 8.666, ou caso seja

promovido uma “errata” com dizeres **O**
NDE SE LÊ – “Atestado de
capacidade técnica,

fornecidos por órgão ou entidade da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, ou, ainda, de Pessoa Jurídica de Direito Privado, devidamente cervado pelo órgão competente emitido em nome da licitante, que comprove que a mesma executou

14 Art. 21. Os avisos contendo os resumos dos editais das concorrências, das tomadas de preços, dos concursos e dos leilões, embora realizados no local da repartição interessada, deverão ser publicados com

Av. XV de novembro, Nº 517 – Centro – Cornélio Procópio-PR – CEP 86.300-

000. Tel. 43 3523 5321 e-mail: g2empreendimentos@hotmail.com

jones.alves@hotmail.com

CNPJ: nº 14.744.458/0001-60 Inscrição Estadual nº 90.589.075-18





EMPREENDIMENTOS G2 – EMPREENDIMENTOS E LOGÍSTICA

antecedência, no mínimo, por uma vez: (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994) § 4º. Qualquer modificação no edital exige divulgação pela mesma forma que se

deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, **EXCETO QUANDO**, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

Av. XV de novembro, Nº 517 – Centro – Cornélio Procópio-PR – CEP 86.300-000. Tel. 43 3523 3321 e-mail: g2emprendimentos@hotmail.com

jones.alves@hotmail.com

CNPJ: nº 14.744.458/0001-60 Inscrição Estadual nº 90.589.075-18





EMPREENDIMENTOS G2 – EMPREENDIMENTOS E LOGÍSTICA

ou esteja executando serviços de exploração, gestão e administração de estacionamento público rotativo através de sistema informatizado Web de vagas e sensores para detecção dos veículos”

-

LEIA –SE – “Atestado de capacidade técnica, fornecidos por órgão ou entidade da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, ou, ainda, de Pessoa Jurídica de Direito Privado, em nome da licitante que comprove que a mesma executou ou esteja executando serviços de exploração, gestão e administração de estacionamento público rotativo através de sistema informatizado Web de vagas”, certamente evitarão a republicação do edital em comento, pois, a simples “errata” não se configura alteração de informações que afetará a formulação da (s) proposta (s).

Na oportunidade deste petição impugnativo, protesto a mais elevada estima e distinta consideração por este ínclito Município de Caldas Novas, em especial, a Comissão de Licitação/Presidente (a), Secretário (a) Municipal de Administração, Controladoria Interna, Departamento Jurídico e Autoridade Superior – Chefe do Executivo.

Nestes termos, com o respeito devido e habitual, pede o deferimento.

Cornélio Procópio, 03 de abril de 2019.

Atenciosamente,

Gilberto Guidorizzi de Silva Júnior
G2 - EMPREENDIMENTOS E LOGÍSTICA LTDA

Documentos complementares – instrução impugnativa:

Contrato Social – Última Alteração – anexo
Av. XV de novembro, Nº 517 – Centro – Cornélio Procópio-PR – CEP 86.300-000. Tel. 43 3523 5321 e-mail: g2empreendimentos@hotmail.com
jones.alves@hotmail.com
CNPJ: nº 14.744.458/0001-60 Inscrição Estadual nº 90.589.075-18



PROIBIDO PLASTIFICAR

856017012

VÁLIDA EM TODO
O TERRITÓRIO NACIONAL

856017012

VANT

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

Nome GILBERTO GUIDORIZZI DA SILVA JUNIOR

DOC IDENTIDADE / CNR / PRECATORIO / UF
1957/456-3 SESP PR

CPF 443.528.089-20 DATA NASCIMENTO
16/11/1961

FILACAO
GILBERTO GUIDORIZZI DA
SILVA
Terezinha Souza da
Silva

PRENHEIRO
R/C
AC

VALIDADE
26/02/2019 12/06/1980

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL CORNELIO PROCOPIO, PR

DATA PRECATORIO
27/02/2014

ASSINATURA DO DELEGADO

DETRAN-PR (PARANA)

91825325474
PR907008746



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 14.744.458/0001-60 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 09/12/2011
NOME EMPRESARIAL G2 - EMPREENDIMENTOS E LOGISTICA LTDA		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 95.11-8-00 - Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos 96.03-3-01 - Gestão e manutenção de cemitérios		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO AV XV. DE NOVEMBRO	NÚMERO 517	COMPLEMENTO PAVIMENTO SUPERIOR
CEP 86.300-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO CORNELIO PROCOPIO
UF PR		
ENDEREÇO ELETRÔNICO G2EMPREENHIMENTOS@HOTMAIL.COM		TELEFONE (43) 3523-5321 / (43) 9612-6606
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 09/12/2011
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **19/04/2018** às **09:37:40** (data e hora de Brasília).

Página: 3/3

Consulta QSA / Capital Social

Voltar



Preparar Página
para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
14.744.458/0001-60
 MATRIZ

**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
 CADASTRAL**

DATA DE ABERTURA
09/12/2011

NOME EMPRESARIAL

G2 - EMPREENDIMENTOS E LOGISTICA LTDA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS

52.31-1-03 - Gestão de terminais aquaviários
 52.40-1-01 - Operação dos aeroportos e campos de aterrissagem
 52.40-1-99 - Atividades auxiliares dos transportes aéreos, exceto operação dos aeroportos e campos de aterrissagem
 62.01-5-01 - Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda
 81.22-2-00 - Imunização e controle de pragas urbanas
 81.29-0-00 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente
 81.30-3-00 - Atividades paisagísticas
 82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas
 82.99-7-06 - Casas lotéricas
 82.99-7-99 - Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente
 85.41-4-00 - Educação profissional de nível técnico
 85.99-6-03 - Treinamento em informática
 85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial
 86.10-1-02 - Atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências
 86.21-6-01 - UTI móvel
 86.21-6-02 - Serviços móveis de atendimento a urgências, exceto por UTI móvel
 86.30-5-03 - Atividade médica ambulatorial restrita a consultas
 86.50-0-99 - Atividades de profissionais da área de saúde não especificadas anteriormente
 91.02-3-01 - Atividades de museus e de exploração de lugares e prédios históricos e atrações similares
 91.03-1-00 - Atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais, reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA

206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO

AV XV. DE NOVENBRO

NÚMERO

517

COMPLEMENTO

PAVIMENTO SUPERIOR

CEP

86.300-000

BAIRRO/DISTRITO

CENTRO

MUNICÍPIO

CORNÉLIO PROCÓPIO

UF

PR

ENDEREÇO ELETRÔNICO

G2EMPREENHIMENTOS@HOTMAIL.COM

TELEFONE

(43) 3523-5321 / (43) 9612-6606

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL

ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL

09/12/2011

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **19/04/2018** às **09:37:40** (data e hora de Brasília).

Página: 2/3



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
14.744.458/0001-60
MATRIZ

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRAL

DATA DE ABERTURA
09/12/2011

NOME EMPRESARIAL

G2 - EMPREENDIMENTOS E LOGISTICA LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)

PORTE
ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL

47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS

42.11-1-02 - Pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos
42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas
43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica
43.30-4-04 - Serviços de pintura de edifícios em geral
47.11-3-02 - Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - supermercados
47.41-5-00 - Comércio varejista de tintas e materiais para pintura
47.53-9-00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo
47.54-7-01 - Comércio varejista de móveis
47.61-0-03 - Comércio varejista de artigos de papelaria
47.63-6-01 - Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos
47.72-5-00 - Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal
47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios
47.83-1-01 - Comércio varejista de artigos de joalheria
49.21-3-01 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal
49.50-7-00 - Trens turísticos, teleféricos e similares
52.21-4-00 - Concessionárias de rodovias, pontes, túneis e serviços relacionados
52.22-2-00 - Terminais rodoviários e ferroviários
52.23-1-00 - Estacionamento de veículos
52.29-0-02 - Serviços de reboque de veículos
52.29-0-99 - Outras atividades auxiliares dos transportes terrestres não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA

206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO

AV XV. DE NOVE BRO

NÚMERO
517

COMPLEMENTO
PAVIMENTO SUPERIOR

CEP

86.300-000

BAIRRO/DISTRITO
CENTRO

MUNICÍPIO
CORNELIO PROCOPIO

UF
PR

ENDEREÇO ELETRÔNICO

G2EMPREENDEMENTOS@HOTMAIL.COM

TELEFONE

(43) 3523-5321 / (43) 9612-6606

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL

ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
09/12/2011

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 19/04/2018 às 09:37:40 (data e hora de Brasília).

Página: 1/3

SEXTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
G2 – EMPREENDIMENTOS E LOGISTICA LTDA
CNPJ/MF: 14.744.458/0001-60
NIRE : 41207236384

Pelo presente Instrumento Particular de Alteração de Contrato Social, os abaixo identificados e qualificados:

GILBERTO GUIDORIZZI DA SILVA JÚNIOR, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, nascido em 16 de novembro de 1961, natural de Cornélio Procopio, estado do Paraná, empresário, inscrito no CPF/MF sob o nº. 443.528.089-20 e portador da cédula de identidade civil RG nº. 1.957.456, expedida pela secretaria de segurança pública do estado do Paraná, residente e domiciliado nesta cidade de Cornélio Procopio, estado do Paraná, sito á Rua Pedro Monfernatti, nº 138 – Conjunto Vitor Dantas, CEP 86.300-00.

JACHELINE GARCIA GUIDORIZZI DA SILVA, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, empresária, nascida em 01 de fevereiro de 1973, portadora da cédula de identidade civil RG nº. 5.278.380-1, expedida pela secretaria de segurança pública do estado do Paraná e inscrita no CPF/MF sob o nº. 810.648.619-20, residente e domiciliada nesta cidade de Cornélio Procopio, estado do Paraná, sito a Rua Pedro Monfernatti, nº 138 – Conjunto Vitor Dantas, CEP 86.300-00.

Únicos sócios componentes da sociedade empresária limitada que gira sob a denominação social de “**G2-EMPREENDIMENTOS E LOGISTICA LTDA**”, constituída legalmente na forma de contrato social devidamente registrada e arquivada na Junta Comercial do Estado do Paraná, sob o NIRE nº. 41207236384, por despacho em 09/12/2011, Primeira Alteração Contratual, devidamente registrada e arquivada na Junta Comercial do Estado do Paraná, sob o nº 20125215088, por despacho em 26/07/2012, Segunda Alteração Contratual, devidamente registrada e arquivada na Junta Comercial do Estado do Paraná, sob o nº 20141393513, por despacho em 26/02/2014, Terceira Alteração Contratual, devidamente registrada e arquivada na Junta Comercial do Estado do Paraná, sob o nº 20162330448, por despacho 05/04/2016, e a Quarta alteração contratual devidamente registrada sob nº 20176419810 em sessão de 22/11/2017, e Quinta Alteração contratual sob nº 20178229890 em sessão de 17/04/2018 a empresa com sede e foro na cidade de Cornélio Procopio, estado do Paraná, na Av. XV. de Novembro, nº 517, pavimento superior – Centro, CEP 86.300-000, deliberam de pleno e comum acordo ajustarem á presente alteração contratual, nos termos da Lei nº 10.406/2002, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO SOCIAL: A sociedade que tem por objeto social a exploração do ramo:



CERTIFICO O REGISTRO EM 20/03/2019 08:37 SOB Nº 20190860634.
 PROTOCOLO: 190860634 DE 20/02/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
 11901235257. NIRE: 41207236384.
 G2 - EMPREENDIMENTOS E LOGISTICA LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
 SECRETÁRIO-GERAL
 CURITIBA, 20/03/2019

SEXTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
G2 - EMPREENDIMENTOS E LOGISTICA LTDA
CNPJ/MF: 14.744.458/0001-60
NIRE : 41207236384

- 01 Comércio varejista de máquinas e equipamentos de informática, recargas de cartuchos e toners - CNAE:4751-2/01.
- 02 Comércio varejista de artigos de papelaria - CNAE:4761-0/03.
- 03 Comércio varejista de móveis para escritório - CNAE:4754-7/01.
- 04 Comércio varejista de jóias, semi-jóias, bijuterias - CNAE:4783-1/01.
- 05 Comércio varejista de artigos de vestuário - CNAE:4781-4/00.
- 06 Comércio varejista de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo - CNAE:4753-9/00.
- 07 Desenvolvimento de programas de computador e software sob encomenda - CNAE:6201-5/01.
- 08 Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos - CNAE:9511-8/00.
- 09 Treinamento na área de informática - CNAE:8599-6/03.
- 10 Cursos de aprendizagem, profissionalizantes, treinamento gerencial e profissional - CNAE: 8599.6/04 e 8541-4/00.
- 11 Serviços de pintura em prédios, edifícios, pintura e sinalização em pistas rodoviárias, ruas e aeroportos - CNAE:4211-1/02.
- 12 Administração, exploração, operação e gerenciamento de estacionamento rotativo, de forma manual e/ou eletrônica - CNAE:5223-1/00.
- 13 Instalação e manutenção elétrica e hidráulica - CNAE:4321-5/00.
- 14 Serviços de dedetização, desratização, descupinização, imunização e controle de pragas urbanas - CNAE:8122-2/00.
- 15 Serviços de Organização de Feiras, Congressos, Exposições e Festas - CNAE: 8230-0/01.
- 16 Administração, exploração, operação, gestão e gerenciamento de terminais Rodoviários e Ferroviários - CNAE:5222-2/00.
- 17 - Alimentação para eventos e recepções- bufê CNAE 5620-1/02
- 18 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros com itinerário fixo e municipal CNAE 4921-3/01
- 19 - Trens turísticos e teleféricos CNAE 4950-7/00
- 20 - Gestão e manutenção de cemitérios CNAE 9603-3/01
- 21 - Gestão de terminais aquaviários CNAE 5231-1/03
- 22 - Atividades de museus e de exploração de lugares e prédios históricos e atrações CNAE 9102-3/01
- 23 - Atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais, reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental Cnae 9103-1/00



CERTIFICO O REGISTRO EM 20/03/2019 08:37 SOB Nº 20190860634.
 PROTOCOLO: 190860634 DE 20/02/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
 11901235257. NIRE: 41207236384.
 G2 - EMPREENDIMENTOS E LOGISTICA LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
 SECRETÁRIO-GERAL
 CURITIBA, 20/03/2019

SEXTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
G2 – EMPREENDIMENTOS E LOGISTICA LTDA
CNPJ/MF: 14.744.458/0001-60
NIRE : 41207236384

- 24 – Combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais Cnae 8111-7/00
- 25 – combinados de escritório e apoio administrativo Cnae 8211-3/00
- 26 – Serviços de engenharia Cnae 7112-0/00
- 27 – Atividades Paisagísticas Cnae 8130-3/00
- 28 – Limpeza em prédios públicos e em domicílios Cnae 8121-4/00
- 29 – Atividades de limpeza Cnae 8129-0/00
- 30 – serviços de operação de radares para órgãos públicos e vistoria de automóveis Cnae 8299-7/99
- 31 – Atividades de apoio a gestão de saúde Cnae 8660-7/00
- 32 – Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências Cnae 8610-1/01
- 33 – Atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências Cnae 8610-1/02
- 34 – UTI móvel Cnae 8621-6/01
- 35 – Serviços móveis de atendimento a urgências, exceto por UTI móvel Cnae 8621-6/02
- 36 – Atividade médica ambulatorial restrita a consultas Cnae 8630-5/03
- 37 – Atividades de profissionais da área de saúde Cnae 8650-0/99
- 38 – Comercio varejista de mercadorias, com predominância de produtos alimentícios-supermercados Cnae 4711-3/02
- 39 – Comercio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal Cnae 4772-5/00
- 40 – Comercio varejista de brinquedos e artigos recreativos Cnae 4763-6/01
- 42 – Comercio varejista de tintas e materiais para pintura Cnae 4741-5/00
- 43 – Obras de urbanização-conservação, pavimentação e sinalização de ruas, praças e calçadas em municípios Cnae 4213-8/00
- 44 – Pintura de edifícios, pintura, interior e exterior em edificações de qualquer tipo Cnae 4330-4/04
- 45 – Conservação, varredura, limpeza, capina, capinação e varrição de ruas, hidrojateamento, limpeza de piscinas, caixas de água, limpeza de acostamento de estrada Cnae 8129-0/00
- 46- Paisagismo, poda e plantio de arvores, limpeza tratamento e manutenção de jardins, gramados e plantas Cnae 8130-3/00
- 47 – Gestão e exploração de aeroportos e campos de aterrissagem Cnae 5240-1/01
- 48 – Estacionamento e ancoragem de helicópteros Cnae 5240-1/99
- 49 – Gestão, gerenciamento, monitoramento controle e operação de transito e trafego Cnae 5229-0/99



CERTIFICO O REGISTRO EM 20/03/2019 08:37 SOB Nº 20190860634.
 PROTOCOLO: 190860634 DE 20/02/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
 11901235257. NIRE: 41207236384.
 G2 - EMPREENDIMENTOS E LOGISTICA LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
 SECRETÁRIO-GERAL
 CURITIBA, 20/03/2019

SEXTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
G2 - EMPREENDIMENTOS E LOGISTICA LTDA
CNPJ/MF: 14.744.458/0001-60
NIRE : 41207236384

50- Operação de radares para órgãos públicos vistoria de automóveis, Cnae 8299-7/99

51 - Remoção, reboque e guincho de veículos automotores Cnae 5229-0/02

52 - Concessionária administração e conservação de estradas, rodovias, pontes e/ou túneis, exploração, arrecadação e cobrança de pedágios Cnae 5221-4/00

53 - Casas lotéricas Cnae 8299-7/06

CLÁUSULA SEGUNDA - DO CAPITAL SOCIAL:

Altera-se o capital social onde se lê R\$ - 200.000,00 (duzentos mil reais), passa a ser no valor de R\$ - 305.000,00 (trezentos e cinco mil reais), dividido em 305.000 (trezentos e cinco mil) cotas no valor nominal de R\$ - 1,00 (hum real) cada uma, em moeda corrente nacional, ficando assim descrito

Sócios	Quotas	%	Valor
Gilberto Quidorizzi da Silva Junior	30.500	10	R\$ 30.500,00
Jacheline Garcia Quidorizzi da Silva	274.500	90	R\$ 274.500,00
Total	305.000	100	R\$ 305.000,00

CLÁUSULA TERCEIRA - ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE E USO DO

NOME EMPRESARIAL: A administração da sociedade caberá ao sócio, **GILBERTO GUIDORIZZI DA SILVA JÚNIOR**, com os poderes e atribuições de gerir e administrar os negócios da sociedade representá-la ativa e passivamente, judicial, extrajudicial, perante órgãos públicos, financeiras, entidades privadas e terceiros em geral, bem como praticar todos os demais atos necessários à consecução dos objetivos ou à defesa dos interesses e direitos da sociedade, autorizando o uso do nome empresarial **ISOLADAMENTE**.

Parágrafo Primeiro- É vedado o uso do nome empresarial em atividades estranhas aos interesses sociais ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como oneras ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

CLÁUSULA QUARTA-DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO:

O administrador **GILBERTO GUIDORIZZI DA SILVA JÚNIOR** declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.



CERTIFICO O REGISTRO EM 20/03/2019 08:37 SOB Nº 20190860634.
 PROTOCOLO: 190860634 DE 20/02/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
 11901235257. NIRE: 41207236384.
 G2 - EMPREENDIMENTOS E LOGISTICA LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
 SECRETÁRIO-GERAL
 CURITIBA, 20/03/2019

SEXTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
G2 – EMPREENDIMENTOS E LOGISTICA LTDA
CNPJ/MF: 14.744.458/0001-60
NIRE : 41207236384

CLÁUSULA QUINTA: As Cláusulas e condições estabelecidas em atos já arquivados e que não foram expressamente modificadas por esta alteração continuam em vigor;

CLÁUSULA SEXTA - DA CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO: À vista da modificação ora ajustada, consolida-se o contrato social, que passa a ter a seguinte redação:

Os abaixo identificados e qualificados:

1. GILBERTO GUIDORIZZI DA SILVA JÚNIOR, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, nascido em 16 de novembro de 1961, natural de Cornélio Procópio, estado do Paraná, empresário, inscrito no CPF/MF sob o nº. 443.528.089-20 e portador da cédula de identidade civil RG nº. 1.957.456, expedida pela secretaria de segurança pública do estado do Paraná, residente e domiciliado nesta cidade de Cornélio Procópio, estado do Paraná, sito a Rua Pedro Monfernatti, nº 138 – Conjunto Vitor Dantas, CEP 86.300- 000.

2 . JACHELINE GARCIA GUIDORIZZI DA SILVA, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, empresária, nascida em 01 de fevereiro de 1973, portadora da cédula de identidade civil RG nº. 5.278.380-1, expedida pela secretaria de segurança pública do estado do Paraná e inscrita no CPF/MF sob o nº. 810.648.619-20, residente e domiciliada nesta cidade de Cornélio Procópio, estado do Paraná, sito a Rua Pedro Monfernatti, nº 138 – Conjunto Vitor Dantas, CEP 86.300- 000. Únicos sócios componentes da sociedade empresária limitada que gira sob a denominação social de “**G2-EMPREENHIMENTOS E LOGISTICA LTDA-ME**”, constituída legalmente na forma de contrato social devidamente registrada e arquivada na Junta Comercial do Estado do Paraná, sob o NIRE nº 41207236384, por despacho em 09/12/2011, Primeira Alteração Contratual, devidamente registrada e arquivada na Junta Comercial do Estado do Paraná, sob o nº 20125215088, por despacho em 26/07/2012, Segunda Alteração Contratual, devidamente registrada e arquivada na Junta Comercial do Estado do Paraná, sob o nº 20141393513, por despacho em 26/02/2014, Quarta Alteração Contratual, devidamente registrada e arquivada na Junta Comercial do Estado do Paraná, sob o nº 20162330448, por despacho 05/04/2016, e a Quinta Alteração Contratual sob nº 20178229890 em sessão de 17/04/2018, empresa com sede nesta cidade de Cornélio Procópio, estado do Paraná, na Av. XV. de Novembro, nº 517, pavimento superior – Centro, CEP 86.300-000, deliberam de pleno e comum acordo e resolvem consolidar o contrato social mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

[Handwritten signature]



CERTIFICO O REGISTRO EM 20/03/2019 08:37 SOB Nº 20190860634.
 PROTOCOLO: 190860634 DE 20/02/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
 11901235257. NIRE: 41207236384.
 G2 - EMPREENHIMENTOS E LOGISTICA LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
 SECRETÁRIO-GERAL
 CURITIBA, 20/03/2019
 www.jcparana.org.br

SEXTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
G2 – EMPREENDIMENTOS E LOGISTICA LTDA
CNPJ/MF: 14.744.458/0001-60
NIRE : 41207236384

CLÁUSULA PRIMEIRA: NOME EMPRESARIAL, SEDE E DOMICÍLIO:

A sociedade gira sob o nome empresarial de **G2-EMPREENDIMENTOS E LOGISTICA LTDA.** e tem sede e domicílio na cidade de Cornélio Procópio, estado do Paraná, na Av. XV de Novembro, nº 517, pavimento superior - Centro, CEP. 86.300- 000.

CLÁUSULA SEGUNDA: FILIAIS E OUTRAS DEPENDÊNCIAS: A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, no país ou no exterior, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA TERCEIRA: INÍCIO DAS ATIVIDADES E PRAZO DE DURAÇÃO DA SOCIEDADE: A sociedade iniciou suas atividades em 09/12/2011 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

CLÁUSULA QUARTA: OBJETO SOCIAL: A sociedade que tem por objeto social a exploração do ramo:

- 01 Comércio varejista de máquinas e equipamentos de informática, recargas de cartuchos e toners - CNAE:4751-2/01.
- 02 Comércio varejista de artigos de papelaria - CNAE:4761-0/03.
- 03 Comércio varejista de móveis para escritório - CNAE:4754-7/01.
- 04-Comércio varejista de jóias, semi-jóias, bijuterias - CNAE:4783-1/01.
- 05 Comércio varejista de artigos de vestuário – CNAE:4781-4/00.
- 06 Comércio varejista de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo – CNAE:4753-9/00.
- 07 Desenvolvimento de programas de computador e software sob encomenda - CNAE:6201-5/01.
- 08 Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos - CNAE:9511-8/00.
- 09 Treinamento na área de informática - CNAE:8599-6/03.
- 10 Cursos de aprendizagem, profissionalizantes, treinamento gerencial e profissional - CNAE: 8599.6/04 e 8541-4/00.
- 11 Serviços de pintura em prédios, edifícios, pintura e sinalização em pistas rodoviárias, ruas e aeroportos - CNAE:4211-1/02.
- 12 Administração, exploração, operação e gerenciamento de estacionamento rotativo, de forma manual e/ou eletrônica - CNAE:5223-1/00.
- 13 Instalação e manutenção elétrica e hidráulica – CNAE:4321-5/00.
- 14 Serviços de dedetização, desratização, descupinização, imunização e controle de pragas urbanas – CNAE:8122-2/00.



CERTIFICO O REGISTRO EM 20/03/2019 08:37 SOB Nº 20190860634.
 PROTOCOLO: 190860634 DE 20/02/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
 11901235257. NIRE: 41207236384.

G2 - EMPREENDIMENTOS E LOGISTICA LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
 SECRETÁRIO-GERAL
 CURITIBA, 20/03/2019

SEXTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
G2 – EMPREENDIMENTOS E LOGISTICA LTDA
CNPJ/MF: 14.744.458/0001-60
NIRE : 41207236384

- 36 – Atividade médica ambulatorial restrita a consultas Cnae 8630-5/03
- 37 – Atividades de profissionais da área de saúde Cnae 8650-0/99
- 38 – Comercio varejista de mercadorias, com predominância de produtos alimentícios-supermercados Cnae 4711-3/02
- 39 – Comercio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal Cnae 4772-5/00
- 40 – Comercio varejista de brinquedos e artigos recreativos Cnae 4763-6/01
- 42 – Comercio varejista de tintas e materiais para pintura Cnae 4741-5/00
- 43 – Obras de urbanização-conservação, pavimentação e sinalização de ruas, praças e calçadas em municípios Cnae 4213-8/00
- 44 – Pintura de edifícios, pintura, interior e exterior em edificações de qualquer tipo Cnae 4330-4/04
- 45 – Conservação, varredura, limpeza, capina, capinação e varrição de ruas, hidrojateamento, limpeza de piscinas, caixas de água, limpeza de acostamento de estrada Cnae 8129-0/00
- 46- Paisagismo, poda e plantio de arvores, limpeza tratamento e manutenção de jardins, gramados e plantas Cnae 8130-3/00
- 47 – Gestão e exploração de aeroportos e campos de aterrisagem Cnae 5240-1/01
- 48 – Estacionamento e hancaragem de helicoppteros Cnae 5240-1/99
- 49 – Gestão, gerenciamento, monitoramento controle e operação de transito e trafego Cnae 5229-0/99
- 50- Operação de radares para órgãos públicos vistoria de automoves, serviços de brigada de incêndio Cnae 5299-7/99
- 51 – Remoção, reboque e guincho de veículos automotores Cnae 5229-0/02
- 52 – Concessionária administração e conservação de estradas, rodovias, pontes e/ou túneis, exploração, arrecadação e cobrança de pedágios Cnae 5221-4/00
- 53 – Casas lotéricas Cnae 8299-7/06

CLÁUSULA QUINTA - CAPITAL SOCIAL: O capital social é de R\$ 305.000,00 (trezentos e cinco mil reais) divididos em 305.000 (trezentos e cinco mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, subscrita e já integralizadas, em moeda corrente do pais, pelos sócios e distribuídos da seguinte forma:



CERTIFICO O REGISTRO EM 20/03/2019 08:37 SOB Nº 20190860634.
 PROTOCOLO: 190860634 DE 20/02/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
 11901235257. NIRE: 41207236384.
 G2 - EMPREENDIMENTOS E LOGISTICA LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
 SECRETÁRIO-GERAL
 CURITIBA, 20/03/2019
 www.empresafacil.pr.gov.br

SEXTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
G2 - EMPREENDIMENTOS E LOGISTICA LTDA
CNPJ/MF: 14.744.458/0001-60
NIRE : 41207236384

Sócios	Nº de Quotas	(%)	Valor (R\$)
GILBERTO GUIDORIZZI DA SILVA JÚNIOR	30.500	10%	30.500,00
JACHELINE GARCIA GUIDORIZZI DA SILVA	274.500	90%	274.500,00
TOTAL	305.000	100%	305.000,00

Parágrafo único: Declara sob as penas da Lei, que está enquadrada na condição de EMPRESA DE PEQUENO PORTE, nos termos da Lei complementar nº 123 de 14/12/2006.

CÁUSULA SEXTA - RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, conforme dispõe o art. 1.052 da Lei 10.406/2002.

CLÁUSULA SÉTIMA - CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS: As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento dos outros sócios, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

Parágrafo único: O sócio que pretenda ceder ou transferir todas ou parte de suas quotas deverá notificar por escrito aos outros sócios, discriminando a quantidade de quotas postas à venda, o preço, forma e prazo de pagamento, para que estes exerçam ou renunciem ao direito de preferência, o que deverão fazer dentro de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da notificação ou em prazo maior a critério do sócio alienante. Se todos os sócios manifestarem seu direito de preferência, a cessão das quotas se fará na proporção das quotas que então possuírem. Decorrido esse prazo sem que seja exercido o direito de preferência, as quotas poderão ser livremente transferidas.

CLÁUSULA OITAVA - ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE E USO DO NOME EMPRESARIAL: A administração da sociedade cabe ao sócio **GILBERTO GUIDORIZZI DA SILVA JÚNIOR**, com os poderes e atribuições de gerir e administrar os negócios da sociedade, representá-la ativa e



CERTIFICO O REGISTRO EM 20/03/2019 08:37 SOB Nº 20190860634.
 PROTOCOLO: 190860634 DE 20/02/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
 11901235257. NIRE: 41207236384.
 G2 - EMPREENDIMENTOS E LOGISTICA LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
 SECRETÁRIO-GERAL
 CURITIBA, 20/03/2019
 www.empresafacil.pr.gov.br

SEXTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
G2 – EMPREENDIMENTOS E LOGISTICA LTDA
CNPJ/MF: 14.744.458/0001-60
NIRE : 41207236384

passivamente, judicial e extra judicialmente, perante órgãos públicos, instituições financeiras, entidades privadas e terceiros em geral, bem como praticar todos os demais atos necessários à consecução dos objetivos ou à defesa dos interesses e direitos da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial **ISOLADAMENTE**.

§ 1.º- É vedado o uso do nome empresarial em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

§ 2.º- Faculta-se ao administrador, atuando isoladamente, constituir, em nome da sociedade, procuradores para período determinado, devendo o instrumento de mandato especificar os atos e operações a serem praticados.

§ 3.º- Poderão ser designados administradores não sócios, obedecendo ao disposto no art. 1.061 da Lei n.º 10.406/2002, ou seja, a designação deles dependerá de aprovação da unanimidade dos sócios, enquanto o capital não estiver integralizado, e de dois terços, no mínimo, após a integralização.

§ 4.º- A investidura de administrador designado em ato separado deverá obedecer às formalidades da legislação vigente.

CLÁUSULA NONA - RETIRADA PRO-LABORE: Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pró-labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA - EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRASE PARTICIPAÇÃO DOS SÓCIOS NOS RESULTADOS: Ao término de cada exercício social, em 31/12 de cada ano, as administradoras prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis requeridas pela legislação societária, elaboradas em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade, participando todas as sócias dos lucros ou perdas apurados, na mesma proporção das quotas de capital que possuem na sociedade.

Parágrafo único: A sociedade poderá levantar balanços ou balancetes patrimoniais em períodos inferiores a um ano, e o lucro apurado nessas demonstrações intermediárias, poderá ser distribuído mensalmente aos



CERTIFICO O REGISTRO EM 20/03/2019 08:37 SOB N° 20190860634.
 PROTOCOLO: 190860634 DE 20/02/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
 11901235257. NIRE: 41207236384.
 G2 - EMPREENDIMENTOS E LOGISTICA LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
 SECRETÁRIO-GERAL
 CURITIBA, 20/03/2019
 www.empresafacil.pr.gov.br

SEXTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
G2 – EMPREENDIMENTOS E LOGISTICA LTDA
CNPJ/MF: 14.744.458/0001-60
NIRE : 41207236384

sócios, a título de Antecipação de Lucros, proporcionalmente às quotas de capital de cada um. Nesse caso será observada a reposição dos lucros quando a distribuição afetar o capital social, conforme estabelece o art. 1.059 da Lei n.º 10.406/2002.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - JULGAMENTO DAS CONTAS: Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - FALECIMENTO OU INTERDIÇÃO DE SÓCIO:

Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou dos sócios remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo único: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO:

Administrador declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - FORO: Fica eleito o foro da comarca de Cornélio Procopio, estado do Paraná, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou venha ser. E por estarem assim, justos e contratados, lavram e assinam, a presente alteração, em 01 (uma) via de igual teor e forma, devidamente rubricadas pelos sócios em todas as suas folhas, obrigando-se fielmente por si, seus herdeiros e sucessores legais a cumpri-lo em todos os seus termos.




CERTIFICO O REGISTRO EM 20/03/2019 08:37 SOB Nº 20190860634.
 PROTOCOLO: 190860634 DE 20/02/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
 11901235257. NIRE: 41207236384.
 G2 - EMPREENDIMENTOS E LOGISTICA LTDA

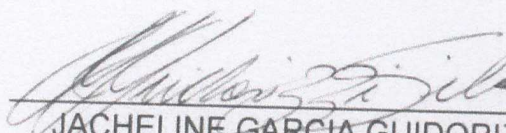

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
 SECRETÁRIO-GERAL
 CURITIBA, 20/03/2019

SEXTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
G2 - EMPREENDIMENTOS E LOGISTICA LTDA
CNPJ/MF: 14.744.458/0001-60
NIRE : 41207236384

Cornélio Procópio/PR, 31 de Janeiro de 2019.

GILBERTO GUIDORIZZI DA SILVA JÚNIOR

JACHELINE GARCIA GUIDORIZZI DA SILVA



CERTIFICO O REGISTRO EM 20/03/2019 08:37 SOB N° 20190860634.
PROTOCOLO: 190860634 DE 20/02/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11901235257. NIRE: 41207236384.
G2 - EMPREENDIMENTOS E LOGISTICA LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 20/03/2019

1º TABELIONATO DE NOTAS

Adriana Manoelina Eduardo
Tabelião de Notas

Rua Massud Amin, 190 - Centro
CEP: 86300-000 - Cornélio Procopio - PR
Fone: (43) 3524-1223 / (43) 3524-2011
E-mail: 1oficiodenotascp@gmail.com

PR

SELO: NXJbr . CcIp8 . eAq2Q PnwAy . PeTxM.

Reconheço por Verdadeira a(s) firma(s) de GILBERTO
GUIDORIZZI DA SILVA JUNIOR; JACHELINE GARCIA
GUIDORIZZI DA SILVA

Cornélio Procopio-PR, 20 de Fevereiro de 2019 -
18:12:08h.

Em Teste _____ da Verdade.

Alisson Eduardo de Moura - Carteira nº 1.234.567



CERTIFICO O REGISTRO EM 20/03/2019 08:37 SOB Nº 20190860634.
PROTOCOLO: 190860634 DE 20/02/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11901235257. NIRE: 41207236384.
G2 - EMPREENDIMENTOS E LOGISTICA LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 20/03/2019
www.empresafacil.pr.gov.br